

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2017 - CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e os Estatutos, submetemos à Vossa apreciação, discussão e votação o Relatório, Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado da Pedro Arroja – SGPS, S.A. referentes ao Exercício de 2017.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS

O Produto da Actividade, resultante dos rendimentos de serviços e comissões conseguidos pelas empresas incluídas na esfera de consolidação de contas cifra-se em 56 157,34 euros.

Os gastos gerais administrativos e dos custos com o pessoal, no perímetro de consolidação das contas das sociedades participadas, quando comparados com o período homólogo, registaram um desagravamento de 99 756,00 euros.

O resultado consolidado do exercício é no valor negativo de 393 471,53 euros, para o qual contribuiu significativamente o reconhecimento de imparidade nas participações das filiais.

Os capitais próprios do grupo de sociedades Pedro Arroja, no final do exercício, ascendem à quantia de 1 903 604,87 euros.

O valor líquido do activo cifra-se em 3 788 724,58 euros.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Mantém-se o objectivo de assegurar prudência na condução empresarial do grupo. Estão ainda previstas, e em fase de ponderação, medidas estratégicas tendentes à salvaguarda do capital accionista.

INFORMAÇÕES RELEVANTES E NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento aos accionistas e às Autoridades de Supervisão pela cooperação no acompanhamento da actividade.

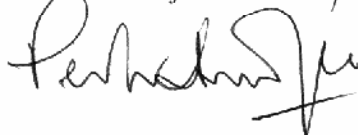
A sociedade não adquiriu ou alienou durante o exercício acções próprias.

A sociedade não tem qualquer dívida ou situação de mora para com o Estado e a Segurança Social.

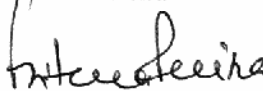
Porto, 14 de Setembro de 2018

O Conselho de Administração

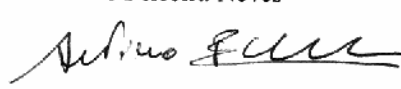
Pedro Arroja



Patima Pereira



António Ferreira Neves



Balanço Consolidado NIC/NIRF em 31 de Dezembro

(EM EUR)				
ACTIVO	Notas / Quadros anexos	2017		2016
		Valor antes provisões, impairment e amortizações	Provisões, impairment e amortizações	Valor Líquido
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		2 096,71	0,00	2 096,71
Disponibilidade em outras instituições de crédito		9 671,58	0,00	9 671,58
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		29 677,41	0,00	29 677,41
Activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00
Aplicações em instituições de crédito		390 431,36	0,00	390 431,36
Crédito a clientes		0,00	0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade		1 192,20	37,93	1 154,25
Activos com acordo de recompra		0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura		0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento		229 935,01	69 984,79	159 950,22
Outros activos tangíveis		4 771 876,96	1 641 956,13	3 129 920,84
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação		23 558,65	9 591,34	13 967,31
Activos por impostos correntes		10 702,31	0,00	10 702,31
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00
Outros activos:		41 152,59	0,00	41 152,59
Devedores por seguro directo e resseguro		0,00	0,00	0,00
Outros		41 152,59	0,00	41 152,59
Total do Activo		5 510 294,81	1 721 570,23	3 788 724,58

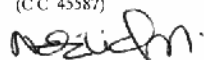
PASSIVO	Notas / Quadros anexos	2017	2016
Recursos de bancos centrais		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0,00	0,00
Recursos de outras instituições de crédito		161 850,52	0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0,00	0,00
Responsabilidades representadas por títulos		0,00	0,00
Passivos financeiros associados a activos transferidos		771 566,01	475 468,99
Derivados de cobertura		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Provisões		2 865,60	5 715,60
Provisões técnicas		0,00	0,00
Passivos por impostos correntes		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Instrumentos representativos de capital		0,00	0,00
Outros passivos subordinados		0,00	0,00
Outros passivos:		948 797,58	62 863,80
Créditos por seguro directo e resseguro		0,00	0,00
Outros passivos		948 797,58	62 863,80
Total do Passivo		1 895 119,71	544 048,30

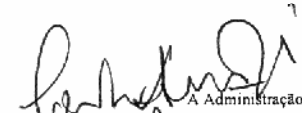
CAPITAL	Notas / Quadros anexos	2017	2016
Capital		3 945 000,00	3 945 000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Ações próprias		-141 060,00	0,00
Reservas de reavaliação		0,00	0,00
Outras reservas e resultados transferidos		-3 383 745,85	-1 661 390,85
Resultado do exercício		-392 471,53	-622 355,00
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses minoritários		1 877 282,25	1 961 166,18
Total do Capital		1 903 604,87	3 622 426,33
Total do Passivo + Capital		3 788 724,58	4 166 468,63

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Contas Extrapatrimoniais	0,00	0,00
--------------------------	------	------

A Contabilista Certificada
 Natália Gaspar
 (C.C. 45587)




 A Administração
 Pedro Arroja
 Fausta Pereira
 António Ferreira Neves

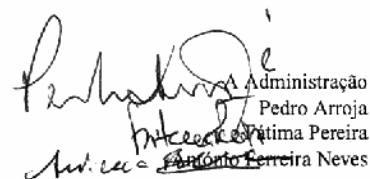
Demonstração Consolidada de Resultados NIC/NIRF em 31 de Dezembro

(Em EUR)

	Notas / Quadros anexos	2017	2016
Juros e rendimentos similares		5 777,13	7 867,07
Juros e encargos similares		0,00	0,00
Margem financeira		5 777,13	7 867,07
Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
Rendimentos de serviços e comissões		77 195,80	68 153,12
Encargos com serviços e comissões		352,45	431,58
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-34 338,72	-3 280,89
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial		0,00	-337,60
Resultados de alienação de outros activos		0,00	0,00
Prémios líquidos de resseguro		0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro		0,00	0,00
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		0,00	0,00
Outros resultados de exploração		7 875,58	11 569,82
Produto da actividade		56 157,34	83 539,94
Custos com pessoal		94 832,52	188 895,19
Gastos gerais administrativos		64 091,09	69 784,43
Amortizações do exercício		73 599,23	73 932,77
Provisões líquidas de reposições e anulações		0,00	0,00
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-24,30	171,00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		297 904,11	471 175,61
Diferenças de consolidação negativas		0,00	0,00
Resultados associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		-1 739,25	4 381,25
Resultados antes de impostos e interesses minoritários		-475 984,56	-716 037,81
Impostos			
Correntes		870,89	89,31
Diferidos		0,00	0,00
Resultados após impostos antes interesses minoritários		-476 855,45	-716 127,12
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Interesses minoritários		-83 383,92	-93 772,12
Resultado consolidado do exercício		-393 471,53	-622 355,00

A Contabilista Certificada
 Natália Gaspar
 (C.C. 45587)




 Administração
 Pedro Arroja
 António Pereira
 António Ferreira Neves



Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2017
(Instrução n.º 18/2005 do Banco de Portugal)

Introdução

A sociedade adopta a denominação de Pedro Arroja – SGPS, S.A., é uma sociedade anónima sediada na Avenida Montevideu, 282, no Porto, foi constituída por escritura pública lavrada no Terceiro Cartório Notarial do Porto em 22 de Maio de 2002, contribuinte fiscal e pessoa colectiva número 506172228, registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, cujo objecto social consiste na gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em termos da legislação em vigor, a actividade da sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

2. Critérios valorimétricos e práticas contabilísticas

Às diversas rubricas das demonstrações financeiras da Pedro Arroja - SGPS, S.A., foram aplicados os critérios valorimétricos e práticas contabilísticas estabelecidos a nível internacional para a actividade das Sociedades Gestoras de Participações Sociais e sobre consolidação de contas, segundo as convenções do custo histórico e da continuidade das operações e do método da consolidação integral e da equivalência patrimonial, e em conformidade com os princípios contabilísticos da consistência, prudência, especialização de exercícios, materialidade e substância sobre a forma.

As contas foram preparadas de acordo com a Legislação aplicável até 31 de Dezembro de 2017, designadamente, as normas do Banco de Portugal e IAS em vigor.

4. Descrição sumária da estrutura do grupo

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. é detentora de duas participações, uma no capital da Pedro Arroja - Gestão de Patrimónios, S.A., no montante de 78%, desde 20 de Dezembro de 2002, outra no capital da Pedro Arroja - Consultores de Gestão e Contabilidade, Lda., com a mesma participação de 51% no capital desde 26 de Abril de 2004.

5. A denominação, a sede das empresas filiais compreendidas na consolidação, e a fracção do capital detido quer pela empresa-mãe, quer por outras empresas também compreendidas na consolidação

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. detém 78% do capital da Pedro Arroja - Gestão de Patrimónios, S.A., sediada na Avenida Montevideu, 282, no Porto, empresa consolidada com a empresa-mãe segundo o método integral.

6. A denominação e a sede das empresas não compreendidas na consolidação, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, e, bem assim a fracção do capital detido nas mesmas empresas

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. detém 51% do capital da Pedro Arroja - Consultores de Gestão e Contabilidade, Lda., sediada no mesmo local das anteriores, esta empresa encontra-se relevada segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do DL n.º 36/92, pelas actividades serem distintas do grupo de empresas compreendidas na consolidação e, por conseguinte, não ser possível cumprir o objectivo das contas consolidadas referido no artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o de fornecer “uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação”.

11. Repartição sectorial e geográfica da actividade do grupo e da sua evolução durante o exercício

Os rendimentos/resultados realizados relativamente às rubricas da demonstração consolidada de resultados, durante o exercício de 2017, foram obtidos com clientes e/ou com operações realizadas exclusivamente em Portugal.

12. Efectivo médio de trabalhadores ao serviço das empresas do grupo durante o exercício

Administradores: 3

Empregados: 1

14. A diferença entre os encargos fiscais imputados à demonstração consolidada de resultados do respectivo exercício e dos exercícios anteriores e os encargos já pagos ou a pagar

No exercício de 2017, o imposto corrente é de 870,89 Euros.

Durante o exercício de 2017, no grupo de empresas do perímetro de consolidação efectuaram-se pagamentos especiais por conta, em sede de IRC, no valor total de 1.700,00 Euros. As retenções na fonte de terceiros foram de 3.901,43 Euros.

Não existem quaisquer dívidas fiscais à data de realização destas notas anexas, nem relativamente aos exercícios anteriores.

15. O montante das remunerações correspondentes ao exercício atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da empresa-mãe e das filiais

Pedro Arroja – SGPS, S.A.:

Remunerações atribuídas no exercício ao Órgão de Administração:

- Presidente: 0,00 Euros; Administrador Executivo: 0,00 Euros; Administrador Executivo: 0,00 Euros; Administrador Não Executivo: 0,00 Euros.

Remunerações atribuídas no exercício ao Órgão de Fiscalização:

- Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas: 1.430,00 Euros; Suplente: 0,00 Euros.

Remunerações atribuídas no exercício à Assembleia Geral:

- Presidente: 500,00 Euros; Secretário: 0,00 Euros.

Pedro Arroja – GP, S.A.:

Remunerações atribuídas no exercício ao Órgão de Administração:

- Presidente: 29.515,92 Euros; Administrador Executivo: 29.515,92 Euros ; Administrador Não Executivo: 0,00 Euros.

Remunerações atribuídas no exercício ao Órgão de Fiscalização:

- Presidente e Revisor Oficial de Contas: 3.500,00 Euros; Vogal: 0,00 Euros; Vogal: 0,00 Euros; Suplente: 0,00 Euros.

Remunerações atribuídas no exercício à Assembleia Geral:

- Presidente: 500,00 Euros; Secretário: 0,00 Euros.

O valor de 13.120,50 Euros, corresponde à remuneração de uma colaboradora.

As remunerações não têm componente variável de qualquer espécie e não houve remunerações diferidas não pagas.

16. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas dos capitais próprios

Rubricas	Saldo inicial	Movimentos no exercício		Saldo final
		Débito	Crédito	
Capital	3.945.000,00	0,00	0,00	3.945.000,00
Resultados Transitados	-1.661.390,85	1.864.315,00		-3.525.705,85
Resultado Líquido do Exercício	-622.355,00	622.355,00	393.471,53	-393.471,53
Interesses minoritários	1.961.166,18	1.961.166,18	1.877.782,25	1.877.782,25
Totais	3.622.420,33	4.447.836,18	2.271.253,78	1.903.604,87

Porto, 14 de Setembro de 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Natália Gaspar

(C.C. n.º 45587)

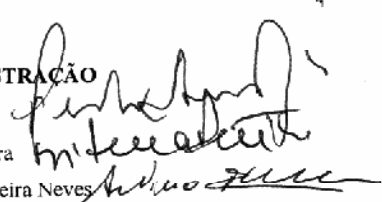


A ADMINISTRAÇÃO

Pedro Arroja

Fátima Pereira

António Ferreira Neves





LopesVinga
ArturMoreira
& Associado
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Artur Armando Frederico Moreira
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Pedro Arroja – SGPS, SA**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.788.724,58 euros e um total de capital próprio de 1.903.604,87 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 393.471,53 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Pedro Arroja – SGPS, SA** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Sede: Rua Júlio Dinis, 902, 1.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 092 167; sroc@ca-vinga.com
Escritório: Rua Júlio Dinis, 936 - 2.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 053 248; geral@amsroc3.com
Escritório: Urbanização Ar e Sol, Lote 17, 1.º - A 3020-205 Coimbra; +351 239 493 458; luismelmeidaroc@sapo.pt



LopesVinga
ArturMoreira
&Associado
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Artur Armando Frederico Moreira
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida

- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, LDA, inscrita na Ordem dos Revendedores de Contas, sob o nº 9 inscrita na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número de contribuinte 501 515 771 - Capital 6.500,00 €

Sede: Rua Júlio Dinis, 902, 1.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 092 167; sroc@ca-vinga.com
Escritório: Rua Júlio Dinis, 936 - 2.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 053 248; geral@amsroc3.com
Escritório: Urbanização Ar e Sol, Lote 17, 1.º - A 3020-205 Coimbra; +351 239 493 458; luismalmeidaroc@sapo.pt



LopesVinga
ArturMoreira
&Associado
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Artur Armando Frederico Moreira
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida

e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 02 de Outubro de 2018

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, S.R.O.C, Lda (Insc. nº 3)
Representado por:
Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga (R.O.C. Nº 212)

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda - inscrita na Ordem dos Revendedores Oficiais de Contas sob o nº 3
Inscrita na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número de contribuinte 501 515 771 - Capital 6.500,00 €



LopesVinga
ArturMoreira
&Associado
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Artur Armando Frederico Moreira
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida

PEDRO ARROJA – SGPS, SA

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS**

SENHORES ACCIONISTAS:

Em cumprimento das disposições Legais e Estatutárias, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas no exercício das funções de Fiscal Único, apresenta o relatório da atividade desenvolvida no Exercício de 2017 e o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Pedro Arroja – SGPS, SA**.

Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) O Balanço Consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) O Relatório de Gestão Consolidado é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos de

PARECER

- 1 - Seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- 2 - Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

Porto, 02 de Outubro de 2018

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, S.R.O.C, Lda (Insc. nº 3)
Representado por:
Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga (R.O.C. Nº 212)

Sede: Rua Júlio Dinis, 902, 1.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 092 167; sroc@ca-vinga.com
Escritório: Rua Júlio Dinis, 936 - 2.º Dto. 4050-322 Porto; +351 226 053 248; geral@amsroc3.com
Escritório: Urbanização Ar e Sol, Lote 17, 1.º - A 3020-205 Coimbra; +351 239 493 458; luismalmeidaroc@sapo.pt